

# Instituto tinha outro objetivo

O Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) foi criado em 1963, por iniciativa do então deputado pernambucano, padre Arruda Câmara, com o objetivo de prestar assistência aos ex-congressistas que tivessem cumprido pelo menos oito anos de mandato e estivessem em dificuldades.

Lembrou Arruda Câmara, ao encaminhar o projeto de resolução que criou, em votação conjunta do Congresso o IPC, a situação de antigos parlamentares, em 1930 e em 1937 — quando o Legislativo esteve em recesso (por três anos, no primeiro caso, e por oito anos, no segundo) — obrigados a dependerem de favores de amigos, para sobreviverem. Por motivo político, quando foram demitidos dos empregos públicos que ocupavam, antes de se elegerem deputados ou senadores, os ex-congressistas de 30 e de 37, vítimas de perseguição do regime, então instalado, tiveram até de sair do Brasil.

Em 1932, com a eclosão do movimento revolucionário de São Paulo — contou Arruda Câmara — a situação dos ex-parlamentares, adversários de Getúlio, tornou-se ainda mais dramática. Nessa época, o então repórter político Arnon de Mello, futuro senador e pai do atual candidato à Presidência da República, escreveu um livro clássico sobre os ex-parlamentares, que recebeu o título de “Os desempregados da política”.

Ao criar o IPC, o deputado-padre Arruda Câmara estava, porém, longe de imaginar o que aconteceria no Brasil, no ano seguinte. Em 1º de abril de 1964, diversos deputados e senadores ou ex-congressistas foram postos no índice do movimento militar que então eclodiu. Da assinatura do Ato Institucional sem número (que, depois, ficou sendo o AI-1) até os últimos atos baixados pelo movimento de 64, foram cassados ou perderam seus direitos políticos quase 180 parlamentares ou ex-parlamentares federais, além de centenas de estaduais e vereadores.

A todos eles, que atingiam às exigências preestabelecidas, foram concedidas pensões, proporcionais ao tempo do mandato exercido. A partir de certa época, permitiu-se a soma dos mandatos municipais ou estaduais aos federais, para pagamento de pensões. Muitos políticos cassados pelo movimento de 64, no entanto, por não terem o mínimo de oito anos de mandato, não receberam nem recebem qualquer benefício, como, entre outros, o ex-deputado Hermano Alves, do MDB do Rio, cassado em consequência do AI-5, em dezembro de 1968.

O IPC hoje está sofrendo investigações, sendo o principal acusado o deputado Gustavo de Faria que, pelo que tem sido verificado até agora, deverá ter também o seu mandato cassado ainda este ano. (Rubem de Azevedo Lima)